AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

AGRICULTURA FAMILIAR: PECUÁRIA LEITEIRA COMO LÓCUS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARANAENSES

TIAGO PELLINI; JULIA MIDORI UEDA TANAKA; TIAGO SANTOS TELLES; MARILÉA ROBERTA DE LIMA; LUIZ GUSTAVO ANTONIO DE SOUZA;

IAPAR

LONDRINA - PR - BRASIL

tpellini@iapar.br

APRESENTAÇÃO COM PRESENÇA DE DEBATEDOR

AGRICULTURA FAMILIAR

AGRICULTURA FAMILIAR: PECUÁRIA LEITEIRA COMO LÓCUS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARANAENSES

Grupo de Pesquisa: AGRICULTURA FAMILIAR
Forma de apresentação: Oral

AGRICULTURA FAMILIAR: PECUÁRIA LEITEIRA COMO LÓCUS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARANAENSES

Resumo

Este trabalho analisa a efetividade de políticas públicas paranaenses recentes ligadas à pecuária leiteira no sentido de apoiar a agricultura familiar, tendo como base o programa estadual Leite das Crianças. A partir de um contexto histórico-econômico verifica-se quais as oportunidades que o setor lácteo oferece à agricultura familiar no Estado do Paraná, caracterizando-o na pauta das ações do governo estadual, visando reparar em parte à exclusão do segmento durante a "modernização conservadora" da agricultura. Os resultados indicam que há substanciais benefícios aos produtores e população carente oriundos de políticas publicas de apoio à agricultura familiar que garantem a compra de produtos de primeira necessidade, como o leite.

Palavras-chave: agricultura familiar; políticas públicas; bovinocultura de leite; programas de governo; Estado do Paraná.

Abstract

This work analyses the effectiveness of public policies in Parana State, Brazil, related to dairy production in a way to support household farmers, based on the government programme called Milk for Children. From a historical-economic context it verifies which opportunities the dairy sector offers to household farming, to characterize it in the guideline of the actions from Paraná´s government, aiming to partially compensate the exclusion of this category of farmers during the so-called conservative modernization of the agriculture. The results indicate that significant benefits can be drawn from producer and poor population from the public policies of support to household farming that guarantee acquisition of first need product such as milk.

Key-words: household farmers; dairy systems; public policies; government programs; Parana State, Brazil.

1 Introdução

O universo agrário é extremamente complexo, seja em função da grande diversidade de sua paisagem, seja em virtude da existência de diferentes tipos de agricultores, os quais têm interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção e que, portanto, respondem de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes. Os vários tipos de produtores são portadores de racionalidades especificas que, ademais, se adaptam ao meio ao qual estão inseridos, fato que reduz a validade de conclusões derivadas puramente de uma perspectiva econômica única, universal e atemporal que, supostamente, caracterizaria o ser humano (GUANZIROLI & CARAM, 2000). Entretanto, segundo os mesmos autores, o grupo de agricultores familiares se fez mais vulnerável aos processos de modernização tecnológica rural intrínsecos ao sistema capitalista. E estes, muitas das vezes sem ter como se

manter no campo, migraram para centros urbanos, desprovidos de infra-estrutura adequada e de planejamento para atendê-los, engrossando a massa dos excluídos.

Os produtores familiares foram definidos por Guanzirolli (1996) com base em três características centrais:

> a) a gestão da unidade produtiva e os instrumentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza a sua transição em caso de falecimento ou de aposentaria dos responsáveis pela unidade produtiva (GUANZIROLI, 1996:4).

Diante das dificuldades, e respeitando as limitações e as peculiaridades inerentes à agricultura familiar, em se adaptar ao novo contexto rural e urbano – "novo rural brasileiro" –, autores como Graziano da Silva (1999) e Kageyama (2001) apontam como aspecto importante a presença de atividades não-agrícolas, fenômeno conhecido como pluriatividade, como forma de equacionar/minimizar o problema. Isto porque, a pluriatividade e as rendas não-agrícolas são mecanismos que podem viabilizar a sobrevivência da agricultura familiar no capitalismo, contribuindo para a fixação do homem no meio rural, aliviando a pobreza.

Mas, apesar de poderem obter suas rendas com os valores obtidos com a produção agropecuária, com os salários recebidos pelos membros da família empregados em outras ocupações e com as atividades não-agrícolas, cabe ao Estado a responsabilidade de prover ações que garantam a sustentabilidade destes indivíduos.

A adoção de uma política de estabilização de renda para a agricultura familiar seria uma forma de ressarci-la das perdas ocasionadas por sua exclusão do processo de modernização agropecuária brasileira.

Nessa perspectiva, levando em conta os dizeres de Wilkinson (1996) sobre a pragmática produção de leite-agricultura familiar, este trabalho tem por objetivo verificar se setor lácteo, ao longo de sua história (1951-2005), se conforma como um lócus às políticas públicas, do Governo do Estado do Paraná, em provimento da agropecuária familiar.

2 Histórico da pecuária leiteira: benefícios/prejuízos para os agricultores familiares

Segundo Meireles (2004), o setor lácteo nunca conseguiu despertar grande interesse nas esferas (federal, estadual e municipal) do Estado brasileiro, carecendo de políticas

públicas de longo prazo, duráveis e efetivas, se tornou vulnerável às transformações do mercado.

Os efeitos do pós-guerra (II Guerra Mundial) levam o País a viver um momento de intensificação do processo de industrialização e urbanização (1951-1963). A concentração urbana que acompanhou o surto de industrialização (SANTOS, 2005) foi criando um amplo mercado consumidor de leite e produtos lácteos industrializados. Em 1952, foi consolidada a Lei n° 1283 – Regulamentação da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIIPOA) –, influenciando a modernização do setor, à medida que introduziu novos conceitos e padrões.

Nos anos 60 a demografia populacional era majoritariamente rural, e sua sobrevivência se pautava na reprodução social da agricultura familiar. A sedimentação da base técnica da agricultura imposta pelas mudanças na política urbano-industrial acentuou a mercantilização da área rural e sua especialização, cujo propósito central era o crescimento de produtividade física e o aumento da rentabilidade econômica. Estas alterações nas relações da produção agropecuária afetaram diretamente os agricultores familiares, que se encontravam descapitalizados e assentados na pequena produção para sua subsistência e para o atendimento do mercado local/regional, o que os levou à marginalização, com exceção de agricultores da Região Sul, que conseguiram acompanhar o desenvolvimento tecnológico exigido pelo novo sistema (SORJ, 1980).

Para Lamarche (1993) esta crise esta fundamentada nas próprias concepções da agricultura familiar, que:

> [...] corresponde à unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções como a transmissão de patrimônio e a reprodução da exploração (LAMARCHE, 1993:15).

Segundo Wanderley:

> [...] de um modo geral, quando se fala da produção familiar na agricultura, está se falando de pequenas e tradicionais unidades de produção [...] tecnicamente atrasados e cuja organização interna tem como eixo a satisfação das necessidades da família que produz. Produção familiar é, nessa perspectiva, sinônimo de campesinato (WANDERLEY, 1999:23-35).

Durante o regime militar (1964-1984), o leite não se beneficiou do progresso decorrente dos investimentos em infra-estrutura, nem ao menos fez parte dos excepcionais resultados do desenvolvimento econômico.

De modo genérico, na década de 70 os problemas causados pela mecanização da agropecuária foram vistos, simplesmente, como anacrônicos, se fazendo desnecessárias quaisquer intervenções, situação insustentável para os pequenos proprietários familiares.

> Para ser competitivo e sobreviver, é preciso adotar um 'pacote' tecnológico que exige elevados investimentos, bem como possuir uma área mínima relativamente grande ou ocupar um nicho de mercado, sobretudo pela integração ao complexo agroalimentar. O movimento de concentração da produção agropecuário em número cada vez menor de estabelecimentos cada vez maiores era considerado parte de uma tendência 'natural' e necessária que já ocorre nos países capitalizados desenvolvidos e que, portanto, não poderia ser freado, sob pena de provocar um atraso tecnológico no setor agropecuário, com impactos negativos no próprio processo de desenvolvimento econômico (BUAINAIN et al, 2003:313-314).

Este novo universo rural gerou grandes desafios à agricultura familiar e uma das alternativas foi a utilização da matéria-prima oriunda da própria propriedade, como, por exemplo, o leite, que muitas das vezes já estava inserido à dinâmica do sistema de produção. Conforme Corona e Pezaro:

> [...] a produção do leite tornou-se estratégica na agricultura familiar, pois permite uma renda quinzenal ou mensal, que mesmo em pequenos valores, possibilitam a família fazer frente às despesas essenciais como luz; farmácia; compra de alimentos. Mas ela tornou-se essencial para as iniciativas de agroindustrialização do leite, o que a coloca em uma nova condição que suscita novos problemas e desafios. (CORONA; PEZARICO apud CORONA; POSSAMAI, 2003:14).

No período de transição democrática (1985-1989), o então presidente José Sarney transformou o Governo Federal no maior comprador de leite fluido do Brasil ao instituir, em 1986, um programa de distribuição de leite para crianças carentes, que ficou conhecido como "Tíquete do Leite".

Lamentavelmente, o setor lácteo não estava estimulado para responder a tal demanda e, nesta época, muito leite foi importado. O pior é que, ao se transformar em grande comprador, o Estado passou a olhar com maior atenção o tabelamento do preço do leite, cuidando para, na hora da compra, não comprometer recursos em demasiado.

Incomodado com uma greve de fiscais federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Sarney também tornou a iniciativa, no final de seu mandato, de descentralizar a fiscalização sanitária de produtos de origem animal, o que fez por meio de

uma medida provisória que se tornou a Lei n° 7889, de 23/11/1989. Além de gerar uma grande crise na RIISPOA, esta iniciativa desencadeou uma série de problemas para os indivíduos ligados à pecuária leiteira. Estes passaram a conviver com estados e municípios legislando sobre a inspeção sanitária de seus produtos de forma aleatória e imperfeita, e a enfrentar distorções na competitividade.

Nos anos 80 sustentou-se o processo de modernização na agropecuária, aprofundando sua integração com os capitais industriais, comerciais e financeiros. Surge, então, uma divisão de elite, um efetivo de poucos grandes produtores, que alcançaram padrões internacionais de produtividade e qualidade. Marcando a exclusão de uma quantidade ainda maior de pequenos agricultores da pecuária leiteira (FURTADO, 2002).

> Deixar que as próprias unidades familiares de produção respondam a esta questão é perder a oportunidade de utilizar socialmente vocações e capacidades profissionais e, sobretudo, encarar como fatalidade inelutável a desertificação social, econômica e cultural que ameaça tantas regiões [...] (ABRAMOVAY et al, 1998:46).

Pois,

> Onde a tecnologia é incapaz de neutralizar os benefícios da otimização do uso de mão-de-obra e de terras marginais, a produção familiar estará habilitada a competir diretamente em termos de produtos individuais [...]. (WILKINSON, 1996:163).

A liberalização (1990-1994) foi o momento que marcou o início de grandes transformações estruturais no setor lácteo, por conta de duas decisões: a liberalização geral dos preços do leite, inclusive do fluido, controlado desde Getúlio Vargas, e a abertura da economia à concorrência internacional.

O Governo Federal, que até então monopolizava as importações de produtos lácteos, visando apenas ao equilíbrio do abastecimento, simplesmente se retirou de cena. Não houve a preocupação com um período de transição nem com a adoção de medidas de proteção, desconsiderando-se o fato de o leite importado ser altamente subsidiado na origem, impondo uma concorrência desigual e desleal aos brasileiros, com reflexos negativos no setor primário.

Além da liberalização de mercados, em 1991, o programa Tíquete do Leite foi encerrado, mergulhando em crise parte dos produtores de leite.

O início da década de 90 foi marcado pela utilização maciça de recursos e insumos modernos, fragilizando e decompondo social e economicamente a agricultura familiar, dando origem a um lumpem rural que engrossava cada vez mais o urbano. Grande parte dos

produtores, que supostamente tinha condições de continuar produzindo, se encontrava na verdade em situação precária (SANTOS, 2005).

A estabilização monetária (1995-2005), comandada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, extinguiu os recursos para os investimentos em infra-estrutura e para os programas sociais. Intensificando a liberalização, importou grandes quantidades de leite em pó e produtos lácteos subsidiados, inclusive no ano em que se fez o ajuste cambial, levando muitas empresas, cooperativas e produtores (até mesmo os familiares), que não conseguiram sobreviver dentro deste novo contexto (liberalização e estabilidade monetária), a sucumbirem.

Políticas de financiamento de estoques foram criadas, mas os recursos nem sempre foram suficientes ou não estavam disponíveis no momento oportuno, além das dificuldades de acesso para as pequenas e médias empresas.

É claro que a produção de leite, principalmente na atualidade, é sempre influenciada por muitos outros fatores não considerados neste texto. Um deles, por exemplo, é o clima, e os outros, mais significativos, são os fatores sanitários e os preços relativos de outros produtos agropecuários, que, em muitas bacias, tornaram o leite pouco atraente, sobretudo para os agricultores familiares.

Os fatos e a história mostram claramente que, apesar de todas as mudanças ocorridas e das oportunidades perdidas, ainda se faz necessário no país, como condição para a eliminação da pobreza e de suporte essencial a um processo de redistribuição de renda, um projeto de desenvolvimento rural apoiado na produção familiar. Produção familiar predominantemente descapitalizada ou pouco capitalizada, mas que nenhum óbice tecnológico impede que inicie um processo de modernização e se torne progressivamente média e grande, na medida em que se eleva o custo de oportunidade do trabalho (GUANZIROLI et al, 2001).

Veiga (2001) defende que é preciso formular políticas de desenvolvimento rural integrado que contemplem os diversos aspectos de uma mesma realidade: políticas agrárias e agrícolas de fortalecimento da agricultura familiar. Porém, a maior dificuldade está na idéia de que os setores de produção familiar, que poderiam ser objeto de políticas específicas de apoio, são limitados, excluindo, como estruturalmente inviáveis, uma grande massa de produtores.

O grande desafio centra-se na capacidade das forças sociais, questionadoras do atual modelo, de imprimir sua marca nas ações públicas, para que estas venham a afirmar, política, econômica e socialmente, a opção pela agricultura familiar, forma social de uso da terra que melhor responde à noção de sustentabilidade e às necessidades locais, regionais e do país (ALMEIDA; NAVARRO, 1998:52).

Quais são as chances para a produção familiar nesse cenário?

3 Perfil da agricultura familiar no Paraná

De acordo com o Censo Agropecuário 1995/96, 85,2% dos estabelecimentos do Brasil são familiares, totalizando 4.139.369 estabelecimentos familiares contra 554.501 patronais. Com relação ao Valor Bruto de Produção (VBP) agropecuária a participação do segmento familiar é de R$ 18,2 bilhões (37,9%) e o patronal de R$ 29,1 bilhões (61%). A pecuária leiteira é a principal atividade da agricultura familiar no país, com valor de produção de R$ 2,4 bilhões de reais, em 1,49 milhões de estabelecimentos que ocupam uma área de 61,94 milhões de hectares.

Na Região Sul, ainda de acordo com o Censo Agropecuário 1995/96, 90,5% dos estabelecimentos são familiares, um percentual superior ao nacional de 85,2%, totalizando 907.635 estabelecimentos familiares contra 86.908 patronais. O VBP da agricultura familiar da Região Sul é de 57,1%, ou seja, bastante superior à média nacional, evidenciando a expressividade do segmento familiar na economia da região. Considerando o VBP, a pecuária leiteira é a quinta principal atividade da agricultura familiar na região, com valor de produção de R$ 787,4 milhões de reais, sendo desenvolvida em 558,9 mil de estabelecimentos que ocupam uma área total de 13 milhões de hectares.

No Estado do Paraná o censo apontou a existência de 321.380 estabelecimentos familiares (86,9%), com VBP agropecuária de R$ 2,7 bilhões, ou seja, 48,2% do VBP agropecuária do Estado. No Paraná a pecuária leiteira é a quarta principal atividade da agricultura familiar, com valor de produção de R$ 227,9 milhões de reais, sendo desenvolvida em 152,7 mil estabelecimentos, ocupando uma área total de 3,76 milhões de hectares.

A situação dos agricultores familiares paranaenses, segundo a condição de uso da terra demonstra que 75,44% são proprietários, 7,44% são arrendatários, 8,35% são parceiros e 8,77% são ocupantes, conforme dados do Censo Agropecuário 1995/96.

Com relação aos estabelecimentos, 70% dos agricultores familiares ocupam áreas inferiores a 20 hectares (ha) e que correspondem a apenas 29% da área agrícola total do estado. Apesar de ocuparem uma área menor, os agricultores familiares paranaenses são responsáveis por 48% do VBP agropecuária, evidenciando sua importância no contexto econômico do estado. Do total de postos de trabalho utilizados na agricultura familiar, apenas 11% são contratados, sendo todo o restante do trabalho desenvolvido por membros da família (Tabela 1).

Tabela 1 - Percentual de estabelecimentos agropecuários e área, segundo grupos de área total no Estado do Paraná -1995/96

Categorias	Menos de 5 ha		5 a – de 20 ha		20 a – de 50 ha		50 a – de 100 ha		100 ha a mais	
	% Est.	% Área	% Est.	% Área	% Est.	% Área	% Est.	% Área	% Est.	% Área
Familiar	24,8	3,7	45,6	25,3	21,3	32,2	5,8	19,7	2,5	19,1
Patronal	6,6	0,1	17,9	1,03	18,8	3,0	14,7	5,1	42	90,7

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE
Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

O rendimento médio dos estabelecimentos familiares do Paraná, considerando a renda monetária e não monetária, totaliza R$ 4.658,00, conforme se observa na Tabela 2. A renda média dos agricultores familiares representa apenas 18% da renda média dos agricultores patronais.

Tabela 2 - Renda Média por Estabelecimento Agropecuário no Estado do Paraná

Categorias	Renda Média		
	Total (R$)	Monetária (R$)	Não Monetária (R$)
Familiar	4.658	3.406	1.252
Patronal	26.043	23.127	2.917

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.
Elaboração: Convênio INCRA/FAO.

3.1 Aspectos da pecuária leiteira no Paraná

O rebanho leiteiro paranaense é formado por, aproximadamente, 3 milhões de cabeças, que corresponde a 30% do rebanho bovino do estado, de acordo com dados divulgados pela SEAB (Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento).

O Paraná é o quarto maior produtor de leite do país. Estima-se que o número de produtores seja superior a 50.000 e a atividade possibilita a utilização da mão-de-obra familiar e a entrada mensal de receita nas propriedades.

Em 1996 foi realizado um estudo da bovinocultura de leite no estado, em conjunto com a OCEPAR, SEAB, IAPAR, FAEP e EMATER, no qual foram identificados quatro níveis diferentes de tecnologia de maior incidência, de acordo com o volume de leite produzido, número de vacas ordenhadas, produtividade média (l/vaca/dia), produtividade (l/vaca/ano), área por produtor (ha), raças predominantes, alimentação utilizada (pastagens, rações, silagens), qualidade do leite, entre outros fatores. Os sistemas no Paraná são divididos da seguinte forma: sistema I - produção menor de 2.000 litros/vaca/ano; sistema II - produção de 2.000 litros a menos de 4.000 litros/vaca/ano; sistema III - produção de 4.000 litros a menos de 6.000 litros/vaca/ano e sistema IV - produção acima de 6.000 litros/vaca/ano.

O Sistema I é representado por um produtor que entrega, em média, 36 litros de leite por dia, possuindo 10 vacas em lactação. O rebanho leiteiro é mestiço ou não especializado, com produtividade média inferior a 1310 litros/vaca/ano ou 4,3 litros/vaca/dia. A propriedade tem área média de 32 ha, utilizada em 40% com atividade leiteira (13 ha). O manejo é extensivo, com alimentação baseada em pastagens perenes de verão. As matrizes são cobertas por monta natural. A ordenha é feita manualmente, em curral, sem resfriamento do leite, com transporte em latões. A distância média entre a propriedade e a usina é de 40 a 50 Km. A atividade utiliza mão-de-obra familiar. Fazem parte deste sistema 84% dos produtores. A maioria dos rebanhos leiteiros que pertencem a este sistema localiza-se, principalmente, na mesorregiões Noroeste, Norte Pioneiro, Norte Central, Centro Ocidental, parte da mesorregião Sudoeste e Centro sul do Paraná.

O Sistema II é representado por um produtor que entrega, em média, 176 litros de leite por dia, com 20 vacas em lactação. O rebanho é formado por 50% de animais especializados, com produtividade de 3.217 litros/vaca/ano ou 10,6 litros/vaca/dia. A propriedade tem área média de 47 ha, sendo 70% utilizada com a atividade leiteira (33 ha). O manejo é extensivo, com pastagens perenes e pastagem anual de inverno, capineira de cana e de capim-elefante. É fornecido ração às vacas e durante quatro meses do ano silagem. Para a cobertura é utilizada a monta natural ou inseminação artificial (50%). A ordenha é manual ou mecânica, em estábulo ou curral coberto com piso. O leite é resfriado na propriedade e transportado em latões até a usina que dista, em média, 40 Km. A mão-de-obra é familiar e/ ou contratada. Fazem parte deste sistema 11% dos produtores. A maioria dos rebanhos leiteiros que pertencem a este sistema localiza-se principalmente nas mesorregiões Sudoeste, parte das mesorregiões Centro sul e Sudeste do Paraná.

O Sistema III é representado por um produtor que entrega, em média, 592 litros de leite por dia, com 40 vacas em lactação. O rebanho leiteiro é de animais especializados, com produtividade de 5.407 litros/vaca/ano ou de 17,7 litros/ vaca/dia. A área total da propriedade é de 43 ha, sendo 80% utilizada com atividade leiteira (34 ha). O manejo é semi-intensivo, com pastagem perene, pastagem anual de inverno e verão, ração e silagem durante todo o ano. A cobertura é feita predominantemente através de inseminação artificial (70%). A ordenha é mecânica, em estábulo ou sala de ordenha, com resfriamento do leite na propriedade. O transporte até a usina é feito a granel e dista em média 40 Km. A mão-de-obra predominante é contratada. O Sistema III é composto por 4% dos produtores. Os maiores rebanhos leiteiros que pertencem a este sistema localizam-se na mesorregião Oeste do Paraná, principalmente nos municípios de Toledo e Marechal Cândido Rondon.

O Sistema IV é representado por um produtor que entrega em média 1.387 litros de leite por dia, possuindo 70 vacas em lactação. O rebanho é composto por animais especializados, com produtividade média de 7.233 litros/vaca/ano ou 23,7 litros/vaca/dia. A área total da propriedade é de 80 ha, utilizada em 75% para atividade leiteira (60 ha). O manejo é intensivo, são cultivadas pastagens perenes, incluindo a alfafa e pastagens anuais de inverno e verão, todas cortadas e recolhidas para fornecimento no cocho. Ração e silagem são fornecidas o ano inteiro. A inseminação artificial é utilizada em 100% dos animais. A ordenha é mecânica e realizada em salas de ordenha, com resfriamento do leite na propriedade. O transporte é feito a granel até a usina que dista em média 40 Km. A mão-de-obra utilizada na atividade é contratada. O sistema IV representa 1% dos produtores de leite do estado. A maioria dos rebanhos leiteiros que pertencem a este sistema localiza-se na mesorregião Centro Oriental do Paraná, principalmente nos municípios de Arapoti, Castro e Carambeí.

Pode-se observar que os sistemas que produzem uma maior quantidade de litros de leite, geralmente trabalham com pecuária intensiva, com o uso de tecnologias de produção, genética avançada e grande controle dos aspectos nutricionais. Os sistemas de menor produção, na maioria das vezes, são menos tecnificados, em grande parte extensivos e disseminados pelas regiões do Estado.

O futuro da cadeia do leite no Paraná está na busca de qualidade e menores custos de produção. Em função disso, a EMATER orienta os produtores a investirem num sistema de produção que atenda aos critérios de qualidade e sanidade do rebanho. Uma das estratégias adotadas pelos extensionistas é organizar os produtores em grupos, para a aquisição de equipamentos, captação e venda em conjunto da produção.

Atualmente a EMATER desenvolve projetos na área de leite voltados às peculiaridades de cada região: Qualileite (Santo Antonio da Platina), Proleg (Guarapuava), Centro (Ivaiporã), Leite Sul (Irati e União da Vitória), Sudoeste (Pato Branco e Francisco Beltrão), Rendleite (Toledo), Leite Verde (Cascavel), Caiuá (Umuarama), Assentamentos de Paranavaí e de Apucarana. Também são mantidos convênios com as Cooperativas Batavo (Carambeí), Castrolanda (Castro), Frimesa (União da Vitória e Irati)

A produção paranaense de leite cresceu 42% no período de 1998 a 2003, não só pelo aumento do número de vacas ordenhadas, mas também pela elevação da produtividade do rebanho, conforme se observa na Tabela 3.

Tabela 3 – Produção de leite, vacas ordenhadas, produtividade e disponibilidade por habitante no Paraná, 1980 a 2003.

Ano	Produção de leite*	Vacas ordenhadas**	Produtiv. (l/v/a)	Disponib. (l/h/a)
1998	1795	1355	1324	201
1999	1932	1375	1405	205
2000	2082	1392	1495	218
2001	2236	1410	1585	233
2002	2370	1427	1660	243
2003	2550	1535	1661	261

Fonte: IBGE – SEAB/DERAL.
* Em milhões de litros.
** Em mil cabeças

O Oeste é a região de maior produção do Estado, onde a produtividade média se situa em 2.496 litros/vaca/ano. Os municípios de maior destaque na produção de leite no Estado são: Marechal Cândido Rondon, Castro, Carambeí, Toledo e Palmeira.

Nos municípios de Carambeí, Castro, Palmeira e Arapoti (micro-região de Ponta Grossa), estão os melhores rebanhos leiteiros do país e a produtividade média se situa em 3.500 litros/vaca/ano. O município de Castro é um centro de referência em bovinicultura de leite, sendo comum a existência de rebanhos com produtividade superior a 8.000 litros/vaca/ano.

Segundo dados da SEAB, do volume total de 1,9 bilhões de litros de leite, produzidos no Paraná, em 1999, aproximadamente, 40% ficaram retidos nas propriedades e 60% foram comercializados no setor industrial. Dos 40% retidos nas propriedades, estima-se que aproximadamente 15% sejam consumidos na alimentação familiar e no aleitamento dos bezerros e 25% sejam comercializados diretamente no varejo, pelo pequeno produtor, ou por terceiros, na forma de leite in-natura a granel ou transformado em queijo colonial.

3.2 Políticas e programas para a agricultura familiar no Estado do Paraná

As políticas públicas em prol da agricultura familiar surgiram, no Brasil, a partir de meados da década de 90, em decorrência do contexto macroeconômico da reforma do Estado. Foram dois os fatores principais que motivaram o surgimento dessas políticas públicas: a crescente necessidade de intervenção estatal frente ao quadro crescente de exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais. O Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) surgiu em 1996, graças à luta dos trabalhadores rurais por uma política pública específica e diferenciada para a agricultura familiar.

O crédito disponibilizado pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) aos agricultores familiares do Paraná teve um aumento expressivo nos

últimos anos, conforme dados divulgados pela Secretaria de Agricultura Familiar. Segundo dados fornecidos pelo Banco Central, na safra 2004/2005 foram formalizados 169.246 contratos no contexto deste programa no estado do Paraná, totalizando um montante de R$ 797 milhões.

No estado do Paraná há várias iniciativas para incentivo e apoio à agricultura familiar, em parceria com o IAPAR (Instituto Agronômico do Paraná) e EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural). Além destes, outros agentes têm desempenhado papéis relevantes no desenvolvimento da agricultura familiar, como as cooperativas de produção e de crédito.

Citaremos alguns programas e ações desenvolvidas no Paraná visando o fortalecimento da agricultura familiar, como o Programa Paraná 12 Meses, que é um projeto do governo estadual, em parceria com o Banco Mundial, com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições sociais dos pequenos agricultores, proporcionando investimentos em habitação e saneamento básico; recuperação e preservação do solo agrícola e do meio ambiente como um todo; geração de postos de trabalho no meio rural; aumento da renda familiar e regularidade de ganhos durante os 12 meses do ano.

O Crédito Fundiário Paraná é um programa do Governo Federal, complementar à Reforma Agrária, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e executado em parceria com o Governo do Estado, Entidades de Representação e Coordenação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Prefeituras Municipais e demais entidades ligadas à Agricultura Familiar. Tem por objetivo a geração de emprego e renda no meio rural através do acesso rápido a terra.

O Programa Estadual de Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor” objetiva agregar valor aos produtos agrícolas oriundos da agroindústria familiar com garantia de segurança dos alimentos produzidos, através da certificação das unidades de transformação (agroindústria familiar).

Outro programa lançado pelo Governo do Estado do Paraná foi Programa “Leite das Crianças”, objetivando a distribuição de um litro de leite para cada criança entre 6 e 36 meses, pertencentes a famílias com renda média per capita mensal inferior a meio salário mínimo. O Programa “Leite das Crianças” é a união da sociedade civil organizada e o Governo do Paraná. O programa busca, também, apoiar o produtor paranaense, gerando renda, empregos e fortalecendo a pecuária leiteira.

O Estado do Paraná possui aproximadamente 158 mil crianças entre 6 e 36 meses de idade, que não freqüentam a pré-escola, em situação de risco de desnutrição (Censo 2000,

tabulação especial Ipardes e Cedeplar/MG) considerando a renda per capita familiar mensal até meio salário mínimo como uma linha de rendimentos insuficientes para a aquisição de bens básicos necessários para atender à demanda diária de nutrientes.

O Programa Leite das Crianças é, atualmente, uma das principais ações envolvendo a cadeia produtiva leiteira. Este programa é o foco desse artigo, que será detalhado a seguir.

3.3 Programa Leite das Crianças

O Programa foi lançado em maio de 2003 e se desenvolve estabelecendo parcerias com Entidades Sociais, Prefeituras Municipais e Conselhos de Assistência Social através de Termos de Cooperação Social, estabelecendo os COMITÊS Gestores e Comissões Executivas Municipais. O Leite Pasteurizado é adquirido através das Compras Sociais do CEASA, via livre cotação, com prioridade para mini-usinas que captam leite de produtores locais, tomando como referência de preço, do leite cru (produtor rural) e do leite pasteurizado (agroindústria), o preço estabelecido pelo Conselho Paritário de Produtores e Indústria de Leite (CONSELEITE) e o preço mínimo do Governo Federal. O leite é, então, distribuído por postos de entrega definidos em cada município. O programa atendeu, inicialmente, municípios com menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), abrangendo 32 municípios no Vale da Ribeira e no Polígono Central do Estado e atendendo 12.347 crianças.

De forma simultânea ao repasse do benefício, o Programa tem também por objetivo, estimular a organização, qualificação e consolidação das bacias leiteiras locais e regionais pelo exercício do poder de compra, estimulando o incremento da produção, a geração de renda e manutenção de empregos no campo, criando oportunidades para a manutenção de pessoas no interior.

A EMATER atua no programa junto às famílias de produtores, orientando e assessorando para a oferta de leite livre de microorganismos nocivos à saúde e com qualidade nutricional. Nas propriedades, as atividades técnicas visam à produção de leite a um custo baixo com a alimentação dos animais baseada nas pastagens e suplementação de concentrado por mérito das vacas. Também se enfatiza a mudança na ordenha com a introdução e intensificação de ordenhadeiras mecânicas e resfriadores com o propósito de melhorar a higiene, reduzir o esforço físico e manter a qualidade do leite.

Além disso, a SEAB liberou recursos para investimentos aos produtores de leite, associações de produtores e para instalações de mini-usinas que abastecem o programa.

O demonstrativo do programa apresentado no Quadro 1 abaixo, referente ao mês de setembro de 2005, indica a abrangência do programa que atinge todos os 399 municípios

paranaenses e atende 175 mil crianças. No mês de referência foram adquiridos pelo programa 4.717.626 litros de leite, fornecidos por 13.500 produtores de leite in natura aos laticínios do Programa, que totalizam 69 unidades.

Quadro 1 – Demonstrativo do Programa Leite das Crianças, Setembro/2005

Municípios que já iniciaram a distribuição	399
Comitês Gestores Municipais Ativos	410
Crianças Previstas (*)	157.853
Crianças Atendidas	175.000
Pontos de Distribuição (Estabelecimentos Estaduais de Ensino)	1.400
Refrigeradores fornecidos até a data	1.579
Litros de Leite Adquiridos no mês	4.717.626
Litros de Leite Adquiridos até o mês	70.425.066
Preço do leite no mês - resolução do CONSELEITE R$	0,91
Premix Adquiridos (Kg) até o mês	3.765
Análise de Leite Pasteurizado (SESA/Lacen) - até mês	8.145
Análises de Leite In Natura de produtores - (APCBRH/UFPR) - até o mês	186.140
Produtores de leite In Natura fornecendo leite aos laticínios do Programa	13.500
Laticínios Fornecedores de Leite Pasteurizado	69
Laticínios Cadastrados	88
Caixas Térmicas para redistribuição de leite	2.666

Fonte: IBGE - Censo demográfico, 2000
Elaboração: IPARDES/CEDEPLAR

Desde seu lançamento, o Programa já entregou mais de 70 milhões de litros de leite em todo o Estado.

Para garantir a qualidade do leite distribuído, a vigilância sanitária e os técnicos da Secretaria da Agricultura realizam coletas de amostras, que são analisadas periodicamente, garantindo a qualidade do leite distribuído.

Existem no Estado 410 Comitês Gestores responsáveis pelo cadastramento e entrega do leite. A distribuição é feita por intermédio de 1.738 escolas, que conservam os saquinhos em 1.579 refrigeradores e 2.666 caixas térmicas.

Com o programa, pequenos produtores, que recebiam em torno de R$ 0,19/litro, tiveram seus preços elevados para R$ 0,36/litro num primeiro momento. O preço de referência estabelecido pelo Conseleite, para o leite padrão, em novembro/2005, é de R$ 0,40. Esse fato se reveste de grande importância quando se lembra a representatividade dos pequenos produtores na atividade leiteira do Estado.

O preço pago pelo governo aos laticínios em setembro/2005 era de R$ 0,91, ou seja, aproximadamente, 127% do preço pago aos produtores. Em vista da grande discrepância em

relação aos preços de mercado, têm surgido questionamentos sobre os motivos que levaram à prática desses preços.

Considerando que o número de produtores que comercializaram leite no Paraná em 2001 situou-se em 36.650 produtores, e que não houve mudanças significativas em termos quantitativos, podemos considerar que o Programa beneficia, aproximadamente, 37% desses produtores.

4 Conclusão

Dentro deste contexto, a sustentabilidade da agricultura familiar parece ser cada vez mais limitada. Estas limitações decorrem da modernização das atividades agrícolas e têm como conseqüência a exclusão dos produtores familiares que não conseguem acompanhar esse padrão tecnológico. Suas chances de reprodução social se fazem presentes, geralmente, no âmbito local, de forma específica, limitada e no curto prazo, outras dependem tão somente dos produtores, e se fazem por meio da pluriatividade e dos empregos não-agrícolas. Entretanto, o Governo não pode se eximir da responsabilidade, como agente das políticas públicas, de auxiliá-los na superação do desafio imposto pelo novo mundo rural, marcado pela modernização e pela exclusão.

O Estado do Paraná, em consonância com as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, lançou alguns programas como o Leite das Crianças, que beneficia dois segmentos da sociedade: os produtores familiares, dando-lhes estabilização de renda, bem como melhores condições de vida; e as crianças carentes, garantindo-lhes uma complementação alimentar – às vezes a única –, equacionando problemas sociais.

Observa-se que a agricultura familiar se mostra viável, a exemplo do que ocorre em muitos países avançados, porém, faz-se necessária a integração de políticas consistentes que garantam a reprodução desse segmento, promovendo o desenvolvimento, criando empregos e reduzindo a pobreza no campo.

5 Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar:** desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília, UNESCO, 1998, 104 p.

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z (org.). **Reconstruindo a agricultura:** idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 2. ed. Porto Alegre, UFRGS, 1998. 328 p.

BUANAIN, A. M. et al. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**. Porto Alegre, UFRGS, ano 5, n. 10, p. 312-347, 2003.

CENSO AGROPECUÁRIO. Rio de Janeiro, IBGE, 1995/1996.

CORONA, H. M. P.; POSSAMAI, E. Agroindústrias familiares de leite: uma estratégia de desenvolvimento da agricultura familiar da microrregião de Pato Branco/PR. **Cadernos de Economia**. Chapecó, Argos, ano 7, n. 12, p. 7-38, 2003.

FURTADO, R (coord.). **Agribusiness brasileiro**: a historia. São Paulo, Evoluir, 2002, 237 p.

GUANZIROLI, C. E. (coord.). **Perfil da agricultura familiar no Brasil:** dossiê estatístico. Brasília, INCRA/FAO, 1996, 84 p.

_____. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro, Garamond, 2001, 288 p.

_____; CARAM, S. E. C. S. (coord.). **Novo retrato da agricultura familiar:** o Brasil redescoberto. Brasília, INCRA/FAO, 2000, 74 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas, IE/UNICAMP, 1999, 153 p. (Coleção Pesquisas, 1).

KAGEYAMA, A. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. **Agricultura em São Paulo**. São Paulo, IEA, v. 48, n. 2, p. 57-69, 2001.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar:** uma realidade multiforme. Campinas. UNICAMP, 1993, v. 1, 336 p.

MEIRELES, A. J. O leite e a economia brasileira. **Balde Branco**. São Paulo, CCL, ano 40, n. 480, p. 48-52, 2004.

PESQUISA TRIMESTRAL DO LEITE. Rio de Janeiro, IBGE, 2005.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo, Edusp, 176 p.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980, 152 p.

VEIGA, J. E. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília, FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001, 108 p. (Serie textos para discussão, 1).

WILKINSON, J. **Integração regional e o setor agroalimentar dos países do Mercosul:** a produção alimentar na encruzilhada. Ensaios FEE. Porto Alegre, FEE, ano 17, n. 1, p. 155-184, 1996.